



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SCM
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA

Pelo presente Instrumento Particular que entre si fazem,

CONTRATADA: BR NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO E INFRAESTRUTURA DE REDES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.067.669/0001-10, com sede na Rua Etelvina do Nascimento, nº 643, Mata do Jacinto – Campo Grande/MS – CEP: 79033-170, registrado com outorga ANATEL Ato nº 8442, de 09 de novembro de 2018, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada como **CONTRATADA**, e, de outro lado,

CONTRATANTE: Pessoa jurídica ou física devidamente qualificada no **TERMO DE CONTRATAÇÃO**, o qual fará parte integrante do presente instrumento, neste ato, doravante denominada como **CONTRATANTE, CLIENTE** ou **ASSINANTE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem como OBJETO a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, onde a **CONTRATADA** fornecerá acesso à internet nos termos específicos do **Plano De Acesso** disponibilizado pela **CONTRATADA** e escolhido livremente pelo **CONTRATANTE**. Sendo o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), objeto deste contrato, relacionados aos serviços de transmissão, de emissão e de recepção de informações multimídia, ou seja, áudio, vídeo, dados, entre outros serviços, que permitam a conexão de internet.

CLÁUSULA SEGUNDA - O **CONTRATANTE** declara que teve acesso prévio a todas as características do **Plano De Acesso** escolhido, principalmente no que diz respeito às velocidades de download e upload, garantia de banda, mínimo de contratação, descontos e tempo de resposta para atendimentos. Os planos poderão ter finalidade exclusivamente residencial e/ou comercial, não podendo o **CONTRATANTE** utilizar-se de plano para finalidade diferente à que foi contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** poderá ceder, na duração do presente termo, IP fixo ou dinâmico, tudo conforme descrição do **Plano De Acesso** escolhido pelo **CONTRATANTE**. Essa cessão poderá ocorrer a título oneroso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** terá o prazo de até 15 (quinze) dias para concluir a análise de viabilidade técnica. Caso constatada a inviabilidade técnica dos serviços, o contrato será cancelado automaticamente sem qualquer ônus para ambas as partes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica desde já acordado que o IP cedido ao **CONTRATANTE** são de exclusiva propriedade da **CONTRATADA**, que poderá alterá-los a qualquer momento e tempo, a seu exclusivo critério.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento do **Plano De Acesso** escolhido será mensal. Outras formas de pagamento e/ou periodicidade poderão ser pactuadas no **TERMO DE CONTRATAÇÃO**.

PARÁGRAFO QUINTO - Poderão ser cobrados valores a título de instalação, locação de equipamentos ou ativação do **Plano De Acesso**.

PARÁGRAFO SEXTO - Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia referente ao presente contrato deverá o **CONTRATANTE** arcar com multa de 2% (dois por cento), além de 1% (um por cento) de juros de mora por mês, calculados de forma *pro rata die*. Além da presente multa e juros, o **CONTRATANTE** pagará o valor que



teria de desconto no **Plano De Acesso**, por pagamento até a data de vencimento, e também poderão ser cobradas cumulativamente outras quantias previstas no presente contrato, se for o caso.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Poderá a **CONTRATADA**, independentemente da aquiescência do **CONTRATANTE**, terceirizar a cobrança dos valores pactuados no **TERMO DE CONTRATAÇÃO**, a pessoa ou empresa distinta da presente relação contratual.

PARÁGRAFO OITAVO - Todos os valores do presente contrato serão reajustados a cada 12 (doze) meses pela variação do IPCA, IGPM ou INPC, devendo a **CONTRATADA** escolher o índice que for mais adequado ao cálculo.

PARÁGRAFO NONO - O não recebimento da cobrança pelo **CONTRATANTE** não o exime do pagamento de sua mensalidade. O **CONTRATANTE** tem conhecimento que através do site poderá sempre obter a sua via de pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os **Planos De Acesso** poderão ser pré-pagos ou pós-pagos, a critério da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Caso o **CONTRATANTE** queira cancelar o serviço, a **CONTRATADA** terá até 2 (dois) dias úteis para processar o pedido. Caso a solicitação seja feita presencialmente na loja da **CONTRATADA**, o cancelamento poderá ocorrer assim que for feita a solicitação. Tratando-se de **CONTRATANTE** sujeito a fidelidade contratual, fica o **CONTRATANTE** obrigado ao pagamento da multa estabelecida no Contrato de Permanência. O pedido de cancelamento não exime o **CONTRATANTE** do pagamento das mensalidades em aberto e/ou em atraso. O disposto neste parágrafo não exclui outras formas de rescisão contratual previstas.

CLÁUSULA TERCEIRA - O **CONTRATANTE** pode optar, a seu critério, por benefícios técnicos e/ou contratuais oferecidos pela **CONTRATADA** em troca de fidelidade contratual. Tal opção não é obrigatória, podendo o **CONTRATANTE** aderir ao plano em suas condições normais de contratação sem fidelidade contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O **CONTRATANTE** pode a qualquer momento se desvincular do benefício oferecido pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de desistência a **CONTRATADA** poderá cobrar multa proporcional ao término do contrato e também sobre o benefício recebido. A multa também poderá ser cobrada caso o **CONTRATANTE** opte por alterar por plano com valor menor ao inicialmente contratado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O **CONTRATANTE**, caso opte pelo benefício, firmará termo à parte, doravante denominado **CONTRATO DE PERMANÊNCIA / TERMO DE FIDELIDADE**. No mencionado termo constarão os valores das multas, mês a mês, que serão aplicadas em caso de desistência do **CONTRATANTE**, bem como sua forma de correção.

PARÁGRAFO QUARTO - A fidelização (**CONTRATO DE PERMANÊNCIA / TERMO DE FIDELIDADE**) para pessoas físicas é de até 12 meses.

PARÁGRAFO QUINTO - O prazo de fidelidade corporativo, para fidelização para pessoas jurídicas, é de livre negociação entre as partes. A **CONTRATANTE** declara que lhe foi garantida a possibilidade de contratar a permanência (fidelidade) no prazo de 12 (doze) meses, nos termos do previsto no § 1º do art. 57, da Resolução 632 da ANATEL.

PARÁGRAFO SEXTO - Finalizado o prazo determinado, seja o plano para pessoa física ou pessoa jurídica, o **CONTRATANTE** declara estar ciente que não ficará mais sujeito ao prazo de fidelidade dos serviços, e que a concessão de outros benefícios ou mesmo a manutenção dos benefícios antes concedidos fica a critério de ambas as partes firmar Novo **CONTRATO DE PERMANÊNCIA / TERMO DE FIDELIDADE**. Assim, com o fim da fidelidade, o **CONTRATANTE** está ciente que o plano voltará a ser cobrado em seu valor integral e que todos os valores do presente contrato serão reajustados pela variação do IPCA, IGPM ou INPC, devendo a **CONTRATADA** escolher o índice que for mais adequado ao cálculo.

PARÁGRAFO OITAVO - Os planos de acesso poderão conter **Franquia De Consumo**, que consiste na diminuição da velocidade após o limite de consumo estabelecido. O limite será reiniciado no dia do vencimento da prestação do **CONTRATANTE**, desde que esteja adimplente com o cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, principalmente o pagamento de suas mensalidades.

CLÁUSULA QUARTA - SÃO DIREITOS DO CONTRATANTE:

I - ao acesso e fruição dos serviços dentro dos padrões de qualidade e regularidade previstos na regulamentação, e conforme as condições ofertadas e contratadas;

II - à liberdade de escolha da Prestadora e do Plano de Serviço;

III - ao tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço, desde que presentes as condições técnicas necessárias, observado o disposto na regulamentação vigente;

IV - ao prévio conhecimento e à informação adequada sobre as condições de contratação, prestação, meios de contato e suporte, formas de pagamento, permanência mínima, suspensão e alteração das condições de prestação dos serviços, especialmente os preços cobrados, bem como a periodicidade e o índice aplicável, em caso de reajuste;

V - à inviolabilidade e ao sigilo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações e as atividades de intermediação da comunicação das pessoas com deficiência, nos termos da regulamentação;

VI - à ter conhecimento prévio de toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinja direta ou indiretamente;

VII - à suspensão do serviço prestado ou à rescisão do contrato de prestação de serviço, a qualquer tempo e sem ônus, ressalvadas as contratações com prazo de permanência/fidelidade;

VIII - à não suspensão do serviço sem sua solicitação, ressalvada a hipótese de débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento de deveres constantes do Artigo 4º da Lei nº 9.472, de 1997, sempre após notificação prévia pela Prestadora;

IX - à ter prévio conhecimento das condições de suspensão do serviço;

X - à privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela Prestadora;

XI - à apresentação da cobrança pelos serviços prestados em formato adequado, respeitada a antecedência mínima prevista no Artigo 76 da Resolução 632/2014 da ANATEL;

XII - à resposta eficiente e tempestiva, pela Prestadora, às suas reclamações, solicitações de serviços e pedidos de informação;

XIII - ao encaminhamento de reclamações ou representações contra a Prestadora, junto à ANATEL ou aos organismos de defesa do consumidor;

XIV - à reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos;

XV - à ter restabelecida a integridade dos direitos relativos à prestação dos serviços, a partir da quitação do débito, ou de acordo celebrado com a Prestadora, com a imediata exclusão de informação de inadimplência anotada sobre o **CONTRATANTE**;

XVI - à não ser obrigado ou induzido a adquirir serviços, bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter a qualquer condição, salvo diante de questão de ordem técnica, para recebimento do serviço, nos termos da regulamentação;

XVII - à obter, mediante solicitação, a suspensão temporária do serviço prestado, nos termos das regulamentações específicas de cada serviço;

XVIII - à rescisão do contrato de prestação do serviço, a qualquer tempo e sem ônus, sem prejuízo das condições aplicáveis às contratações com prazo de permanência;

XIX - à receber o contrato de prestação de serviço, bem como o Plano de Serviço contratado, sem qualquer ônus e independentemente de solicitação;

XX - à transferência de titularidade de seu contrato de prestação de serviço, mediante cumprimento, pelo novo titular, dos requisitos necessários para a contratação inicial do serviço;

XXI - ao não recebimento de mensagens de cunho publicitário em sua estação móvel, salvo consentimento prévio, livre e expresso;

XXII - à não ser cobrado pela assinatura ou qualquer outro valor referente ao serviço durante a sua suspensão total;

XXIII - à não ter cobrado qualquer valor alheio à prestação do serviço de telecomunicações sem autorização prévia e expressa.

XXIV - à substituição do seu código de acesso, se for o caso, nos termos da regulamentação;

XXV - à ter bloqueado, temporária ou permanentemente, parcial ou totalmente, o acesso a comodidades ou utilidades solicitadas;

XXVI - à continuidade do serviço pelo prazo contratual;

XXVII - ao recebimento de documento de cobrança com discriminação dos valores cobrados;

XXVIII - à solicitar o conteúdo das gravações de interações entre Prestadora e Consumidor realizadas por meio do Centro de Atendimento Telefônico da Prestadora, independentemente do originador da interação, ciente de



que a Prestadora de Pequeno Porte deve manter a gravação a que se refere pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, durante o qual o Contratante poderá requerer cópia do seu conteúdo.

CLÁUSULA QUINTA - SÃO DEVERES DO CONTRATANTE:

I - utilizar adequadamente os serviços, os equipamentos e as redes de telecomunicações;

II - respeitar os bens públicos e aqueles voltados à utilização do público em geral;

III - comunicar às autoridades competentes irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos por Prestadora de serviço de telecomunicações;

IV - cumprir as obrigações fixadas no contrato de prestação do serviço, em especial efetuar pontualmente o pagamento referente à sua prestação, observadas as disposições regulamentares;

V - conectar à rede da Prestadora somente terminais que possuam certificação expedida ou aceita pela ANATEL, mantendo-os dentro das especificações técnicas segundo as quais foram certificadas;

VI - indenizar a Prestadora por todo e qualquer dano ou prejuízo a que der causa, por infringência de disposição legal, regulamentar ou contratual, independentemente de qualquer outra sanção;

VII - comunicar imediatamente à sua Prestadora: (a) o roubo, furto ou extravio de dispositivos de acesso, (b) a transferência de titularidade do dispositivo de acesso, (c) qualquer alteração das informações cadastrais;

VIII - preservar os bens da Prestadora e aqueles voltados à utilização do público em geral;

IX - providenciar local adequado e infraestrutura necessária à correta instalação e funcionamento de equipamentos da Prestadora, quando for o caso;

X - providenciar aterramento e proteção elétrica e contra descargas atmosféricas no local onde os equipamentos estiverem instalados e, inclusive, retirar os equipamentos da corrente elétrica em caso de chuvas ou descargas atmosféricas, sob pena do **CONTRATANTE** pagar à Contratada o valor de mercado do equipamento. Já que o **CONTRATANTE** é plenamente responsável pela guarda dos equipamentos cedidos ao mesmo a título de comodato e/ou locação, devendo, para tanto;

XI - barrar toda modificação nas instalações sem o consentimento da **CONTRATADA**.

XII - manter sua rede interna segura e sem vírus, servidores de SPAM e servidores de conteúdo ilegal e/ou proibido. Pois a **CONTRATADA** não se responsabiliza pelo uso do **Plano De Acesso** na rede interna do **CONTRATANTE**, que deverá configurar seus roteadores, WI-FI, etc.

XIII - barrar toda utilização da rede da **CONTRATADA** que tenha objetivo direto ou indireto de prejudicar terceiros, sejam danos morais e/ou patrimoniais. Sendo que o **CONTRATANTE** responderá pessoalmente nas esferas cível e criminal por qualquer dano que causar a terceiros, decorrentes dos atos praticados através de sua conexão de internet e/ou senha de acesso.

XIV - barrar todo compartilhamento do acesso contratado com terceiros, salvo se o **Plano De Acesso** assim permitir. Caso seja detectado o compartilhamento de internet o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor equivalente a 70% do **Plano De Acesso** para cada pessoa física e/ou jurídica com quem o acesso for



compartilhado. O valor ora mencionado será multiplicado pelo número de meses em que houve o compartilhamento.

XV - informar à **CONTRATADA**, através de meio inequívoco de notificação, caso utilize o **Plano De Acesso** para a prestação de serviços de telecomunicações. Em caso de inexistência dessa informação a **CONTRATADA** poderá aplicar a multa prevista no inciso anterior, além da imediata rescisão do presente contrato sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.

XVI - arcar com as taxas relativas à mudança de endereços e assistência técnica, caso seja constatado que o problema não é da rede e/ou equipamentos da **CONTRATADA**. Tais valores serão cobrados via boleto bancário e sua inadimplência ensejará o cadastro do **CONTRATANTE** nos serviços de proteção do crédito, além das medidas judiciais cabíveis.

XVII - zelar pela boa imagem e reputação da **CONTRATADA**, não praticando nenhum ato que possa prejudicar a sua imagem e credibilidade. O descumprimento desta cláusula poderá acarretar, a critério da **CONTRATADA**, na rescisão do presente contrato, sem qualquer ônus à **CONTRATADA**, ficando o **CONTRATANTE** sujeito às penalidades previstas em Lei e neste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os direitos e deveres previstos neste Contrato não excluem outros previstos na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, no Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, na Regulamentação aplicável e nos contratos de prestação firmados com os Contratantes do SCM.

CLÁUSULA SEXTA - SÃO DIREITOS DA CONTRATADA:

I - empregar equipamentos e infraestrutura que não lhe pertençam;

II - contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço.

III - variar, os preços cobrados pela **CONTRATADA**, em função de características técnicas, de custos específicos e de comodidades e facilidades oferecidas aos seus Contratantes.

IV - aumentar os preços cobrados pela **CONTRATADA**, caso o poder público altere a legislação tributária vigente sobre os serviços prestados.

PARÁGRAFO ÚNICO - As relações entre a **CONTRATADA** e os terceiros são regidas pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e a ANATEL.

CLÁUSULA SÉTIMA - SÃO DEVERES DA CONTRATADA:

I - prestar serviço adequado na forma prevista na regulamentação;

II - cumprir e fazer cumprir este Regulamento do SCM e as demais normas editadas pela ANATEL;

III - utilizar somente equipamentos cuja certificação seja expedida ou aceita pela ANATEL;

IV - permitir, aos agentes de fiscalização da ANATEL, livre acesso, em qualquer época, às obras, às instalações, aos equipamentos e documentos relacionados à prestação do SCM, inclusive registros contábeis, mantido o sigilo estabelecido em lei;



V - enviar ao **CONTRATANTE**, por qualquer meio, cópia do Contrato de Prestação do SCM e do Plano de Serviço contratado;

VI - aceitar o atendimento à pessoas cujas dependências estejam localizadas na Área de Prestação do Serviço, desde que observadas as condições técnicas e capacidades disponíveis nas redes das Prestadoras, sem recusar ou impor condições discriminatórias, salvo nos casos em que a pessoa se encontrar em área geográfica ainda não atendida pela rede;

VII - tornar disponíveis ao **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, informações relativas à alteração de preços e condições de fruição do serviço, entre as quais modificações quanto à velocidade e ao Plano de Serviço contratado;

VIII - tornar disponíveis ao **CONTRATANTE** informações sobre características e especificações técnicas dos terminais, necessárias à conexão dos mesmos à sua rede, sendo vedada a recusa à conexão de equipamentos sem fundamento técnica comprovada;

IX - prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, de pronto e livre de ônus, face a suas reclamações relativas à fruição dos serviços;

X - observar os parâmetros de qualidade estabelecidos na regulamentação e no contrato celebrado com o **CONTRATANTE**, pertinentes à prestação do serviço e à operação da rede;

XI - observar as leis e normas técnicas relativas à construção e utilização de infraestruturas;

XII - manter atualizados, junto à ANATEL, os dados cadastrais de endereço, identificação dos diretores e responsáveis e composição acionária quando for o caso.

XIII - manter as condições subjetivas, aferidas pela ANATEL, durante todo o período de exploração do serviço;

XIV - descontar proporcionalmente as interrupções do serviço superiores a 30 (trinta) minutos, salvo o motivo da interrupção ter acontecido por ação ou omissão do **CONTRATANTE**, caso fortuito, força maior ou motivos que estejam fora da responsabilidade da **CONTRATADA**. O desconto, se for o caso, será concedido na próxima mensalidade.

XV - manter atendimento telefônico gratuito nos dias úteis das 08h00 às 20h00, através do número indicado no Termo de Contratação. Demais informações da prestadora podem ser obtidas no endereço eletrônico também indicado no Termo de Contratação.

XVI - garantir o prazo para início do atendimento à solicitações de reparo é de até 3 (três) dias úteis, salvo motivos de força maior e/ou ausência do **CONTRATANTE** ou algum responsável, para atender a equipe da **CONTRATADA**, no local do reparo.

CLÁUSULA OITAVA - A **CONTRATADA** poderá disponibilizar equipamentos em regime de comodato ou locação ao **CONTRATANTE** com a finalidade de viabilizar a utilização do **Plano De Acesso** escolhido. Não poderá o Contratante utilizar-se do equipamento para outro fim senão o disposto no presente contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O **CONTRATANTE** deverá zelar pela conservação dos equipamentos fornecidos em comodato ou locação. Caso os equipamentos sofram avarias não provenientes de desgaste natural e/ou motivos fora do alcance do **CONTRATANTE**, este deverá ressarcir a **CONTRATADA** dos danos causados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o final do presente contrato, a qualquer título e/ou motivo, o **CONTRATANTE** deverá devolver ou restituir os equipamentos fornecidos em comodato e/ou locação, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Sendo que no caso da não devolução dos equipamentos fornecidos, o **CONTRATANTE** autoriza desde já, sem nenhuma prévia notificação, a emissão de cobrança bancária em seu nome, do valor de mercado dos equipamentos não devolvidos com vencimento imediato, para efeito de restituição. O não pagamento da referida cobrança ensejará a inclusão do débito nos cadastros de inadimplentes, sem prejuízo das medidas judiciais nas esferas competentes.

CLÁUSULA NONA - O **CONTRATANTE**, desde que adimplente com suas obrigações contratuais, pode requerer à **CONTRATADA** a suspensão do **Plano De Acesso**, sem ônus, da prestação do serviço, uma única vez, a cada período de 12 (doze) meses, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias e o máximo de 120 (cento e vinte) dias, mantendo a possibilidade de restabelecimento, sem ônus, da prestação do serviço contratado no mesmo endereço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedada a cobrança de qualquer valor referente à prestação de serviço, no caso da suspensão prevista neste artigo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **CONTRATANTE** tem direito de solicitar, a qualquer tempo, o restabelecimento do serviço suspenso a seu pedido, sendo vedada qualquer cobrança para o exercício deste direito.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para atender à solicitação de suspensão e de restabelecimento a que se refere este artigo.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** poderá, a seu critério, suspender ou diminuir a velocidade de acesso em caso de inadimplência do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os débitos contestados pelo **CONTRATANTE** serão analisados pela **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias. Nesse período o respectivo sinal não poderá ser interrompido pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a contestação seja correta: será emitida uma nova cobrança do **Plano De Acesso** sem juros ou multa para pagamento imediato ou será dado desconto na próxima mensalidade, a critério do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso a contestação seja incorreta: a cobrança do **Plano De Acesso** contestada deverá ser paga com juros e multa. A cobrança também poderá ocorrer com a próxima mensalidade, a critério da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Contrato de Prestação do SCM pode ser rescindido:

I - à pedido do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo e sem ônus, ressalvadas as contratações com prazo de permanência/fidelidade.

II - por iniciativa da **CONTRATADA**, ante o descumprimento comprovado, por parte do **CONTRATANTE**, das obrigações contratuais ou regulamentares. A falta de pagamento, por mais de 30 (trinta) dias, dos valores



constantes no presente termo será considerada como uma das formas de descumprimento comprovado de obrigações do **CONTRATANTE**.

III - Em caso fortuito, de força maior e/ou determinação de ente / órgão público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de rescisão do contrato por culpa do **CONTRATANTE** o mesmo deverá arcar com todos os ônus descritos no presente instrumento, principalmente se tiver sido firmado Contrato De Permanência (Termo De Fidelidade).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de rescisão do contrato, o **CONTRATANTE** deverá devolver à **CONTRATADA** todos os equipamentos cedidos e/ou dados em comodato, a qualquer título, durante a duração do Plano De Acesso escolhido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A **CONTRATADA** não se responsabiliza por serviços de terceiros disponibilizados na internet que possam sair do ar sem seu controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratante é responsável perante terceiros por qualquer dano, informação, programa, e-mail ou qualquer outro tipo de dados provenientes de sua conexão e/ou senha.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **CONTRATANTE** requererá sua imediata inclusão em qualquer demanda judicial ou procedimento investigatório contra a **CONTRATADA** em que sejam discutidos / investigados atos praticados por seu acesso ou com sua senha.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A responsabilidade da **CONTRATADA** relativa a este Contrato limitar-se-á aos danos comprovados. Em qualquer hipótese, a responsabilidade da Contratada está limitada incondicionalmente ao valor total fixado no presente instrumento, Termo De Contratação e respectivo Plano De Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente contrato poderá ser firmado, tendo, portanto, validade, com a assinatura do Termo De Contratação, envio/recebimentos de e-mail, preenchimento de cadastro online no site da **CONTRATADA** ou qualquer outro meio eletrônico pela **CONTRATADA** disponibilizado. O Termo De Contratação poderá ser formalizado de forma eletrônica e/ou através de assinatura direta do **CONTRATANTE** no Termo De Contratação. Tal escolha fica a critério da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento de qualquer quantia, pelo **CONTRATANTE**, referente ao presente contrato, também será considerado como forma de adesão e concordância ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O **CONTRATANTE** declara que tem conhecimento de que a **CONTRATADA** é empresa de pequeno porte, conforme estabelecido nos regulamentos da ANATEL, principalmente na Resolução 614/2013 da referida agência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Nos termos do Regulamento dos Serviços de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 614/2013 e a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e Lei nº. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) a Contratada deverá manter os dados cadastrais e os Registros de Conexão do **CONTRATANTE** pelo prazo de 01 (um) ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O consentimento ao presente Contrato importa na ciência e na aceitação e concordância do **CONTRATANTE** de que o uso de seus dados pessoais pela **CONTRATADA** é condição necessária para o fornecimento dos serviços estabelecidos via Termo de Contratação, nos termos do §3º, do artigo 9 da Lei



Handwritten signature

n. 13.709/2018. O mesmo se aplica para o endereço IP do cliente, especialmente por se tratar de gestão de dados pessoais decorrente de cumprimento de obrigação legal e regulatória.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** disponibilizará os dados cadastrais e os registros de conexão independente do consentimento do **CONTRATANTE**, quando solicitado formalmente pela autoridade judiciária e/ou outra legalmente investida desses poderes; quando houver execução de políticas públicas; quando possuir obrigação legal ou regulatória; quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos relacionados ao contrato do qual seja parte o titular, inclusive, respeitando a classificação de dados, as informações podem ser compartilhadas com empresas parceiras e fornecedores, e nas demais hipóteses do artigo 7º da Lei n. 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A **CONTRATADA** informa, para todos os fins, as formas de contato com a **ANATEL**:

Sede: End.: SAUS Quadra 06 Blocos C, E, F e H - CEP: 70.070-940 - Brasília - DF

PABX: (55 61) 2312-2000

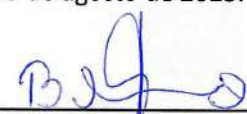
CNPJ: 02.030.715.0001-12

Correspondência Atendimento ao Usuário: Assessoria de Relações com o Usuário – ARU SAUS Quadra 06, Bloco F, 2º andar, Brasília - DF, CEP: 70.070-940 - Fax Atendimento ao Usuário: (55 61) 2312-2264

Atendimento Documental - Biblioteca: SAUS Quadra 06, Bloco F, Térreo, Brasília - DF, CEP: 70.070-940.

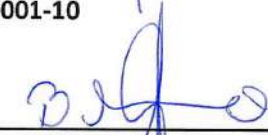
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As partes elegem o foro da comarca de Campo Grande, do Estado de Mato Grosso do Sul para dirimir quaisquer controvérsias a respeito do presente contrato.

Campo Grande - MS, 29 de agosto de 2023.

3º OF. 

BR NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO E INFRAESTRUTURA DE REDES

CNPJ nº 28.067.669/0001-10

3º OF. 

BRUNO DE SOUZA BRANDÃO - REPRESENTANTE LEGAL

CPF 025.406.891-08


Raphael de Souza Brandão
CPF 026.324.681-75


Renato Robert Rodrigues
CPF 978.285.801-34

3º SERVIÇO NOTARIAL DE CAMPO GRANDE/MS
Tabelião ELY AYACHE | R. Antonio Maria Coelho, 1492 - Centro - PABX (67) 3027-2333

Reconheço por Verdadeira 1 firmas(s) de: *****
BRUNO DE SOUZA BRANDÃO

Selo(s): ABU46575-092-RFA

Em Test.  da verdade. P: 278
ESCREVENTE VERA LUCIA IKEHARA CABRERA

Campo Grande MS, 31 de agosto de 2023 OP: VERA

EMDL: R\$ 6,00 ISS: R\$ 0,30 FMP: R\$ 0,60 FJ10x: R\$ 0,60 FNSx: R\$ 0,36
SELO: R\$ 3,00 FPGE R\$ 0,24 TOTAL: R\$ 11,10


VERA LUCIA IKEHARA CABRERA
Escrevente


TABELIÃO AYACHE
SELO DIGITAL
www.tjms.jus.br

Pamela Stoujeirada Silva
ESCREVENTE



Rua Marechal Rondon, 1816 - Centro - CEP: 79002-200
Fone: (67) 3022-4400 - Campo Grande - MS
CNPJ: 23.702.924/0001-35
Site: www.4oficio.net.br - E-mail: contato@4oficio.net.br



Documentos apresentados para REGISTRO. Protocolo n.454597 no Livro A-51 em 05/09/2023. Reg. n. 188 no Livro F de Registro Títulos e Documentos em 19/09/2023.

SELO DIGITAL. AIT23298-415-NOR

Consultar o Selo no site: <http://www.tjms.jus.br/>

Emolumentos: R\$ 78,00 - Funjecc 5%: 3,90 - Funjecc 10%: 7,80 Fundap 6%: 4,68 - Funde-PGE 4%: 3,12 - FEADMP 10%: 7,80 ISS 5%: 3,90 Selo: 1,50.

Em Test. _____ da verdade.

PAMELA STOUJEIRADA SILVA-ESCREVENTE
AUTORIZADO

